

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasil Class.: 1345
 Data: 14/01/90 Pg.: capa e 09

Corrupção fez crescer área para o garimpo

Em 1987, quando começou a corrida do ouro nas terras ianomâmis em Roraima, militares instalaram suas balsas de mineração nos rios e integrantes do comando da PM passaram a cobrar dívidas para permitir a entrada de equipamentos e armas na área proibida. A rede de corrupção possibilitou que cerca de 45 mil garimpeiros invadissem a região. Nos últimos dois anos, com a complacência de oficiais da Aeronáutica, mais de 400 pilotos decolaram diariamente do Aeroporto de Boa Vista com planos de voo falsos e cargas acima do peso recomendado. (Página 9)

Corrupção permitiu garimpo nas terras dos ianomâmis

Márcio Chaer

SÃO PAULO — Quando a febre do ouro começou a sacudir o território de Roraima, em 1987, a malária nas aldeias indígenas e o mercúrio nos rios não foram as únicas contaminações que varreram a região. Para que as reservas interditadas pudessem ser invadidas pelos garimpeiros — e agora obriguem o governo federal um tormentoso arranjo, com aparato policial para sacramentar a presença dos garimpeiros na selva — a corrupção contagiou quartéis e gabinetes, revogando leis, decretos-presidenciais, decisões da Justiça e até o Código Penal. E as autoridades encarregadas de conter o turbilhão que se formava passaram a gerenciar o processo, agenciando a garimpagem ou entrando diretamente no negócio.

Oficiais do Exército e da Aeronáutica instalaram balsas de mineração no leito do Rio Urariquera — o coração das terras ianomâmis — e entraram no lucrativo mercado local de armas e munição. Integrantes do comando da Polícia Militar começaram a cobrar dívidas para autorizar a entrada de equipamentos — 50 gramas de ouro por conjunto completo —, armas e prostitutas na área proibida e acabaram montando garimpos próprios. Pelo menos 27 soldados e cabos foram remanejados por sete oficiais da corporação para trabalharem em suas balsas. O comandante do Corpo de Bombeiros local, tenente Arnóbio Vinicius, deslocou para o Urariquera todo o equipamento de mergulho, o único motor de popa do quartel e alguns soldados do fogo para trabalharem em sua balsa.

'Caixinha' — "Pelo simples fato de usar uniforme, o militar não perde o direito de procurar ouro, como qualquer cidadão", argumentava o comandante da Polícia Militar de Roraima, tenente-coronel César Augusto dos Santos Rosa, que, segundo relatório da Poli-

cia Federal e outro do Serviço Nacional de Informações, chegou a recolher, num só mês, 11,5 kg de ouro puro — o equivalente a NCz\$ 4,6 milhões, em valores de hoje — para a caixinha de um grupo de garimpeiros que se instalou na área. "É uma discriminação afirmar que o militar do Exército, da Aeronáutica ou da PM tem menos direitos que o civil", afirmou o oficial pouco antes de ser afastado do cargo, no ano passado.

O *Correio do Garimpo*, um jornal de defesa dos interesses garimpeiros, noticiou na sua edição de 10 de novembro de 1988 um pitoresco concurso de prêmios — "um grandioso e animado bingo" — promovido por agentes da Polícia Civil de Boa Vista, no garimpo do Paapiú. Até o bingo ser considerado um jogo proibido, não há nada demais, mesmo quando patrocinado pela polícia. O problema é que as prendas em questão eram armas de fogo apreendidas de marginais na capital.

O delegado da Funai, Raimundo Nonato da Silva, concedia autorizações por escrito para exploração de áreas e utilização de pistas da entidade pelos garimpeiros. Nenhuma porta, porém, foi mais escancarada que a do aeroporto de Boa Vista. Com a complacência dos militares da Aeronáutica encarregados da fiscalização de aeronaves e vôos irregulares, mais de 400 pilotos decolaram diariamente, nos últimos dois anos, com planos de voo falsos levando, invariavelmente, carga com peso acima da capacidade recomendada.

No auge da demanda do garimpo, no ano passado, registraram-se, num só dia, 15.100 pousos e decolagens — o dobro do movimento normal no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro. E foi através dos pequenos aviões de Boa Vista que entraram as toneladas de equipamentos que pontilham toda a reserva indígena.

Major vendia arma e munição

No dia 15 de novembro de 1988, o jornal *A Crítica*, de Roraima, divulgou grave acusação contra o chefe do serviço de informações do Exército, em Boa Vista, capitão Carlos Alberto de Lima. O oficial estaria envolvido numa operação de venda de armas e munição do Exército a garimpeiros. A falsa informação fora plantada pelo major Norberto Lopes da Cruz, este sim comprometido com negócios suspeitos fora da corporação e, mais que isso, com a exploração de ouro na reserva ianomâmi. A essa altura, os dois quartéis da região já se encontravam em pé de guerra: o 2º Batalhão Especial de Fronteiras (BEF), onde estava lotado o capitão Lima, e o 7º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC), onde o major Norberto era o subcomandante da tropa.

Tudo começou no dia em que o major Norberto, um oficial forte e bronzado, descobriu que estava sendo investigado pelo capitão Lima — em tese um subordinado seu — por seus esforços na liberação de armas para garimpeiros. Norberto servira antes em Altamira, no Pará, onde se aproximou em demasia do setor garimpeiro. Com o surgimento da nova fronteira do ouro, em Roraima, ele conseguiu sua transferência para lá. Ao se sentir ameaçado, tramou um contra-ataque para destruir o adversário.

A idéia da cilada era simples: a Polícia Militar, cujo comandante estava envolvido até a medula com o

garimpo, localizaria duas caixas de munição em uma loja para garimpeiros cuja posse seria atribuída ao capitão Lima. Para organizá-la, uniram-se o major Norberto, dois outros capitães — Natanael Alves Nascimento e Dagmo Varela da Cunha, ambos donos de garimpo na região — o sargento Mateus Gomes da Silva, que fabricava munição com cartuchos, pólvora e espoletas subtraídos ao seu quartel, e pelo menos 12 soldados e cabos.

A trama, porém, seria abortada por uma competente operação de contra-espionagem. Ao descobrir a manobra dentro da PM, o capitão Lenine, chefe do serviço secreto da polícia, logo passou a informação ao diretor da Polícia Federal, Carlos Fontoura, e este ao chefe da agência local do SNI, o civil Newton Campos. Lima estava salvo. O arдил falhou.

Norberto, Nascimento, Varela e Mateus foram para a cadeia. O general Mário Orlando Ribeiro Sampaio, comandante militar da Amazônia, enfurecido, foi pessoalmente a Boa Vista acompanhar os interrogatórios. E começaram as punições. Todos os oficiais seriam expulsos e os seus subordinados apenas punidos administrativamente. Alguns recursos, como é o caso do major Norberto, foram levados até o nível do Superior Tribunal Militar, onde ainda não foram julgados. O capitão Carlos Alberto de Lima, promovido a major, foi transferido para Brasília. (M.C.)

Militares queriam a ocupação

Aumentar a presença brasileira na Região Norte, a partir de 1985, virou uma espécie de obsessão no meio militar. Afinal, a única forma de se dificultar o livre trânsito de extremistas dos países vizinhos, contrabandistas, narcotraficantes e um setor especialmente visado pelas Forças Armadas — os padres e missionários católicos — seria povoar a área. E nasceu o projeto Calha Norte, um ambicioso plano de militarização das fronteiras e das largas porções de terra onde o governo até hoje não chegou.

Sem dinheiro e homens em número suficiente para tocar sozinho a empreitada, o Ministério do Exército passou a administração do plano para a secretária-geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), hoje Secretária de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden) para ganhar a adesão e verbas das outras pastas militares e de ministérios civis como o do Interior, do Planejamento e das Relações Exteriores. Mas os resultados não foram os que se aguardavam.

E começou a nascer uma estreita aliança entre a secretária do CSN e as lideranças garimpeiras. Representantes e empresários do garimpo como José Altino Machado, Elton Rohnelt, Natan Blanche e outros passaram a ser frequentadores assíduos do Palá-

cio do Planalto. Mais precisamente do gabinete do general Rubens Bayma Dennis, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e secretário-geral da Saden. Ali, garimpeiros e mineradores começaram a participar da elaboração das portarias e decretos regulando a exploração do ouro na Amazônia.

Ocupação — O orçamento da Funai passou a ser patrocinado em sua maior parte pelo Calha Norte. Depois de nomear Romero Jucá como presidente da Funai, o general Bayma Dennis deslocou-o para governar o território de Roraima. Para substituí-lo na Funai, o general chamou um antigo funcionário do CSN, Iris Pedro de Oliveira, ex-presidente do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat). Para delegado regional da Funai em Boa Vista, escolheu-se o ex-prefeito nomeado de Jaru, em Rondônia, à época considerado município de segurança nacional. Para chegar mais perto das bases garimpeiras, criou-se, com as bênçãos de Brasília, a Cooperativa dos Garimpeiros de Roraima.

No dia 30 de outubro de 1986, o ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, reuniu no seu QG, em Brasília, os comandantes das 12 regiões militares do país e todos os integrantes do Alto Comando para discutir o Calha Norte. A saída do encontro, o único a falar foi o chefe do Gabinete Militar, que também comparecera ao encontro. "É preciso aumentar a presença brasileira na área de fronteira", sintetizou Bayma Dennis. Logo em seguida começaria a invasão das áreas proibidas pelos garimpeiros — o Calha Norte civil começava. (M.C.)